

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.700.805 - SP (2017/0249429-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : CONDOMINIO CIVIL DO SILVIO ROMERO PLAZA SHOPPING**  
**ADVOGADOS : CARLA MALUF ELIAS - SP110819**  
**RUBENS CARMO ELIAS FILHO - SP138871**  
**DANILO DE BARROS CAMARGO - SP305565**  
**RECORRIDO : SOCIEDADE PAULISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA LTDA ME**  
**ADVOGADOS : ESTELA MARIA LEMOS MONTEIRO SOARES DE CAMARGO - SP060429**  
**LUIZ FELIPE PEREIRA GOMES LOPES - SP184149**  
**LUIZ ANTONIO CASTRO DE MIRANDA FILHO - SP296837**  
**FERNANDA CARDOSO DE ALMEIDA DIAS DA ROCHA E OUTRO(S) - DF043883**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. PRÉVIA ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO DEVEDOR PARA FINS DE APLICAÇÃO DE MULTA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. **OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. RECURSO AO QUAL, EM PARTE, NEGA-SE SEGUIMENTO E, EM PARTE, NÃO SE ADMITE.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por CONDOMÍNIO CIVIL DO SÍLVIO ROMERO PLAZA SHOPPING, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 222):

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO. MULTA. NECESSIDADE. SÚMULA 410/STJ. INCIDÊNCIA, INCLUSIVE, NA VIGÊNCIA DO ATUAL CPC. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. Nos termos do precedente firmado no âmbito da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, "é necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil" (EResp 1360577/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2018, DJe 7/3/2019).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 228/240), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 5º, incisos LV e LXXVIII, da Constituição Federal.

Alega, em síntese, que, na vigência do Código de Processo Civil de 2015, não subsiste a necessidade de prévia intimação pessoal da parte devedora para fins de aplicação de penalidade pecuniária por descumprimento de obrigação de fazer.

Defende a inaplicabilidade do enunciado n. 410 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a qual reputa editado em contexto normativo processual diverso do atual.

Afirma que "tanto o Código Civil quanto o novo Diploma Processual, deixam claro que prolatada a decisão mandamental, não passível de recurso com efeito suspensivo, intimada a parte em nome do seu advogado acerca do conteúdo da decisão, a mora constitui-se imediatamente" (fl. 232).

Preparo recursal às fls. 241/242.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 249/261.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Com efeito, no que tange à apontada ofensa ao artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, o Plenário do Excelso Pretório, no julgamento do ARE 748.371 RG/MT, concluiu pela ausência de repercussão geral da questão relativa à suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais (Tema 660/STF), como é o caso dos autos, que trata da necessidade, à luz do Código de Processo Civil de 2015, de prévia intimação pessoal do devedor para fins de aplicação da multa por descumprimento de obrigações de fazer.

A ementa do acórdão foi redigida nos seguintes termos:

Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral. (ARE 748371 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013 )

No mesmo sentido, cumpre também trazer à baila os seguintes julgados da

# Superior Tribunal de Justiça

Corte Suprema:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO AO DIREITO ADQUIRIDO, AO ATO JURÍDICO PERFEITO E AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF. REAPRECIÇÃO DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. **1. O STF, no julgamento do ARE 748.371-RG/MT (Rel. Min. GILMAR MENDES, Tema 660), rejeitou a repercussão geral da violação ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada ou aos princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, quando se mostrar imprescindível o exame de normas de natureza infraconstitucional.** 2. O acórdão do Tribunal de origem revela-se em consonância com a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 3. A reversão do julgado depende da análise da legislação local e do conjunto probatório constante dos autos, o que é incabível em sede de recurso extraordinário, conforme consubstanciado nas Súmulas 280 (Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário) e 279 (Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário) do STF. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (RE 589655 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 10/08/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-174 DIVULG 23-08-2018 PUBLIC 24-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Processual Civil e Administrativo. Recurso de corte diversa. Pressupostos de admissibilidade. Inexistência de repercussão geral. Precatório. Violação da coisa julgada. Repercussão geral. Ausência. Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. O Plenário da Corte, no exame do RE nº 598.365/MG, Relator o Ministro Ayres Britto, Tema 181, concluiu pela ausência de repercussão geral do tema relativo a pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros tribunais, dado o caráter infraconstitucional da matéria. **2. Ausência de repercussão geral do tema relativo à suposta violação dos princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, bem como dos limites objetivos da coisa julgada (ARE nº 748.371/MT, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Tema 660, DJe de 1º/8/13).** 3. Conclusão em sentido diverso da adotada no acórdão recorrido demandaria, na espécie, o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável na via eleita, segundo o enunciado da Súmula nº 279/STF. 4. Agravo regimental não provido. 5. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, haja vista tratar-se, na origem, de mandado de segurança (art. 25 da Lei nº 12.016/09). (ARE 994883 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-174 DIVULG 23-08-2018 PUBLIC 24-08-2018)

Ademais, no que concerne à apontada violação do artigo 5º, inciso LXXVIII,

# Superior Tribunal de Justiça

da Constituição Federal, cinge-se a controvérsia vertida nos autos à questão da permanência da necessidade de prévia intimação pessoal do devedor, sob a égide do Código de Processo Civil de 2015, para fins de aplicação da multa por descumprimento de obrigações de fazer.

O acórdão recorrido encontra-se assim fundamentado (fls. 223/225):

O recurso não merece prosperar, devendo ser mantida a decisão agravada por seus jurídicos fundamentos.

Tal como registrado na decisão agravada, o posicionamento desta Corte Superior se firmou no sentido de que o enunciado nº 410 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça incide mesmo sob a vigência do atual Código de Processo Civil.

Nesse sentido é o precedente da Corte Especial mencionado na decisão agravada, cuja ementa tem o seguinte teor:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA DIÁRIA. NECESSIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO. SÚMULA 410 DO STJ.

1. É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil.

2. Embargos de divergência não providos.

(EResp 1360577/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2018, DJe 07/03/2019)

Veja-se que o próprio recorrente invoca os votos vencidos do julgado para argumentar sua tese.

Não indica em seu arrazoado nenhum elemento jurídico efetivo que justifique a mudança jurisprudencial e o julgamento da presente causa em contrariedade ao posicionamento predominante da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

Ao contrário, limita-se a postular a prevalência do posicionamento vencido, buscando obter um julgamento contrário àquele predominante.

Inviável, pois, a pretensão.

Como visto, a análise da questão suscitada no presente Recurso Extraordinário perpassa, inexoravelmente, pela interpretação das normas do Código de Processo Civil de 2015 quanto ao cumprimento das obrigações de fazer, de modo que eventual afronta à Constituição Federal, se houvesse, seria indireta (**ofensa reflexa**), o que não legitima a interposição do apelo extremo.

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal, em casos análogos aos dos autos:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. INTIMAÇÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

PESSOAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. AUSÊNCIA DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 279/STF. Hipótese em que para dissentir do entendimento do Tribunal de origem seria necessário nova apreciação dos fatos e do material probatório constantes dos autos (Súmula 279/STF), bem como o reexame da legislação infraconstitucional aplicada ao caso. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 682634 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 29/10/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-231 DIVULG 22-11-2013 PUBLIC 25-11-2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. AUSÊNCIA DO NECESSÁRIO PREQUESTIONAMENTO. OFENSA REFLEXA AO TEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO.

1. O prequestionamento é requisito indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso extraordinário, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal.

2. A violação indireta ou reflexa das regras constitucionais não enseja recurso extraordinário. Precedentes: AI n. 738.145 - AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, 2ª Turma, DJ 25.02.11; AI n. 482.317-AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, 2ª Turma DJ 15.03.11; AI n. 646.103-AgR, Rel. Ministra CÁRMEN LÚCIA, 1ª Turma, DJ 18.03.11.

3. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: “MANDADO DE SEGURANÇA – Execução de obrigação de fazer – Multa diária – Desnecessidade de intimação pessoal do devedor – Intimação via imprensa oficial do advogado – Ordem denegada.”

4. Agravo regimental desprovido.

(ARE 743729 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 25/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. APLICAÇÃO DE MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(AI 778722 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 02/12/2010, DJe-020 DIVULG 31-01-2011 PUBLIC 01-02-2011 EMENT VOL-02454-10 PP-02375)

Ante o exposto, no que tange à apontada ofensa ao artigo 5º, inciso LV, da

# *Superior Tribunal de Justiça*

Constituição Federal, **nego seguimento ao recurso extraordinário**, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil.

Outrossim, no que concerne à apontada violação do artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, **não admito o recurso extraordinário**, com espeque no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Vice-Presidente

